

Ano 9, Vol. IX, nº. 2, Jul-Dez. 2025, p. 529-550

**RAÍZES FORTES, DESAFIOS MAIORES: UMA REVISÃO DE LITERATURA
SOBRE O COTIDIANO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

**STRONG ROOTS, BIGGER CHALLENGES: A LITERATURE REVIEW ON
EVERYDAY LIFE IN QUILOMBOLA COMMUNITIES**

Charlei Lúcio Carlota¹

Mariana Marinho da Costa Lima Peixoto²

Marcelo José Oliveira³

RESUMO

A população quilombola atual, reconhecida como remanescentes dos quilombos pela Constituição Federal, representa um segmento com identidade territorial e étnica própria, ligada a aspectos históricos e sociopolíticos. No entanto, as comunidades rurais quilombolas enfrentam vulnerabilidades devido ao isolamento, falta de visibilidade e limitada abrangência de políticas públicas. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as oportunidades enfrentados pelas comunidades quilombolas, por meio de uma revisão de literatura. A revisão foi conduzida utilizando a plataforma da Web of Science, empregando o termo de pesquisa "quilombola community". A seleção abrangeu artigos publicados nos anos de 2021, 2022 e 2023, resultando em 14 artigos para análise e discussão. Os resultados apresentaram quatro categorias distintas: características sociodemográficas no Brasil e Nordeste brasileiro; luta e preservação dos territórios; questões de gênero; e oportunidades de renda nas comunidades quilombolas. Ficou evidenciado a desigualdade social e a pobreza nessas comunidades, destacando índices preocupantes de agravos nutricionais, especialmente no Nordeste brasileiro. Destaca-se a vivência nos territórios quilombolas, marcados por uma história de luta, resistência e organização interna, além da resistência ao racismo ambiental. Conclui-se que, a luta quilombola permanece atual, enfrentando desafios políticos, jurídicos e sociais. A preservação do trabalho tradicional quilombola é essencial para manter a identidade e a cultura quilombola.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Trabalho tradicional. Exclusão social. Vulnerabilidade social.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta. Possui graduação em Tecnologia em Adm. de Pequenas e Médias Empresas pela Universidade Norte do Paraná (2008). E-mail: clarlei.carlota@ufv.br <https://orcid.org/0009-0000-4533-8281>

² Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/FACE/UFMG), mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense (PPGAd/UFF) e bacharel em Administração com MBA em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais (UFF). É professora, pesquisadora, palestrante e possui experiência em finanças comportamentais, marketing, comportamento do consumidor e metodologia experimental. É professora da Faculdade de Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFF (PPGAd/UFF). Atua como pesquisadora nos grupos de estudos Leaf - Laboratório de Logística, Mobilidade, Energia e Sustentabilidade (UFF) e LABEx - Laboratório de Administração Baseada em Evidências e Experimental (UFF). E-mail: marianamarinho@peixoto@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-0633-3343>

³ Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: marcelooliveira@ufv.br <https://orcid.org/0009-0003-9492-1627>

ABSTRACT

The current quilombola population, recognized as remnants of the quilombos by the Federal Constitution, represents a segment with its own territorial and ethnic identity, linked to historical and socio-political aspects. However, rural quilombola communities face vulnerabilities due to isolation, lack of visibility and the limited scope of public policies. This study aims to analyze the challenges and opportunities faced by quilombola communities through a literature review. The review was conducted using the Web of Science platform, using the search term "quilombola community". The selection covered articles published in 2021, 2022 and 2023, resulting in 14 articles for analysis and discussion. The results presented four distinct categories: sociodemographic characteristics in Brazil and the Brazilian Northeast; struggle and preservation of territories; gender issues; and income opportunities in quilombola communities. Social inequality and poverty in these communities were highlighted, as were worrying rates of nutritional problems, especially in the northeast of Brazil. The experience of the quilombola territories stands out, marked by a history of struggle, resistance and internal organization, as well as resistance to environmental racism. It concludes that the quilombola struggle remains current, facing political, legal and social challenges. The preservation of traditional quilombola work is essential to maintaining quilombola identity and culture.

Keywords: Quilombola Community. Traditional work. Social exclusion. Social vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

Os quilombolas são descendentes de africanos que foram escravizados no Brasil, caracterizando-se por uma identidade étnica única. Identificam-se como quilombolas com base em sua relação com a terra, ambiente, tradições e práticas culturais e religiosas. Residem em comunidades chamadas quilombos, presentes em vários estados do Brasil, especialmente em áreas rurais e geograficamente isoladas, onde o acesso a serviços é limitado. O reconhecimento legal dos quilombolas ocorreu na Constituição Brasileira de 1988, notadamente no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (BRASIL, 2003; CHEROL, FERREIRA E SALLES-COSTA, 2021).

Após a promulgação da Constituição Federal, vários regulamentos do artigo 68 foram estabelecidos, sendo o mais significativo o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, atualmente em vigor. Esse decreto especifica as diretrizes para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. O artigo 2º do decreto define os Territórios Quilombolas como áreas utilizadas para assegurar a reprodução física, social, econômica e cultural dessas comunidades (BRASIL, 2003).

De acordo com o Decreto, a certificação da auto atribuição quilombola pelas comunidades é atribuição da Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável por titular os territórios quilombolas em terras públicas federais ou

particulares. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) emite títulos ou Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para comunidades sob sua gestão. Estados e Municípios expedem títulos para terras de domínio estadual e municipal, respectivamente. Alguns estados possuem leis específicas para regularizar territórios quilombolas. Segundo dados de julho de 2022 do Cadastro Geral de Remanescentes dos Quilombos, 2,921 certidões foram emitidas para 3,583 comunidades em 24 estados, com 10 comunidades aguardando visita técnica, 75 aguardando documentação adicional, 35 em análise e 8 aguardando publicação. O Incra menciona 1,802 processos de regularização fundiária (IBGE, 2023).

A população quilombola tem suas origens no período escravocrata, quando as primeiras comunidades surgiram como estratégia de resistência e busca por autonomia. Reconhecidos na Constituição Federal como remanescentes das comunidades dos quilombos, constituem um segmento da sociedade brasileira com identidade territorial e étnica própria, vinculada a aspectos históricos e sociopolíticos que moldaram sua luta por reconhecimento (MARQUES; GOMES, 2013). A presença predominante dessas comunidades na zona rural é atribuída à necessidade de isolamento para proteção durante o período escravocrata, quando muitos quilombos foram estabelecidos, e à subsistência baseada na pesca e agricultura. Após a abolição, ex-escravos passaram a integrar os quilombos como a única alternativa para uma vida mais digna (FREITAS *et al.*, 2011).

Após décadas de exclusão, o Estado Brasileiro reconheceu a titulação das terras quilombolas como medida para evitar a aculturação e extinção dos grupos étnicos. Esse reconhecimento garantiu direitos especiais, abrangendo língua, religião, historicidade e territorialidade própria. O programa Brasil Quilombola, no início do século XXI, implementou políticas públicas específicas para educação, saúde, habitação e infraestrutura nas comunidades, incluindo a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essas ações reintroduziram a temática étnica, introduzindo novas questões no cenário político e cultural (XAVIER *et al.*, 2023).

Segundo a historiografia tradicional, os escravos eram frequentemente retratados pelos opressores escravistas como preguiçosos e avessos ao trabalho, uma representação também estendida aos emancipados e brasileiros pela classe dominante, associando-os à vadiagem e promiscuidade. Durante a escravidão, esse retrato buscava justificar a conduta cruel dos opressores, enquanto após a emancipação, a exclusão do trabalhador negro foi

promovida, legitimando a preferência pelo trabalhador europeu e sustentando a teoria racial do branqueamento através da migração. Esses objetivos resultaram na precarização do trabalho e na exclusão social do trabalhador negro, levando à miséria ou à ilegalidade (ALVES; BERNARTT, 2021).

Contudo, as comunidades rurais foram particularmente impactadas pelo isolamento, pela falta de visibilidade e pela limitada abrangência das políticas públicas, tornando-se claramente vulneráveis a situações de racismo e, conseqüentemente, sujeitas a sofrimento psíquico (DIMENSTEIN *et al.*, 2020).

O empreendedorismo, concebido de maneira geral e em parte de forma mercadológica, refere-se à habilidade de indivíduos em identificar problemas ou oportunidades e, a partir disso, criar soluções, investindo recursos na geração de impactos positivos para a sociedade (SEBRAE, 2019). Esse conceito engloba a capacidade de influenciar o cotidiano e a vida das pessoas, considerando a gestão de mudanças, a criação de novos modelos de negócios ou o desenvolvimento de projetos. Dessa forma, o empreendedorismo está associado a diversos outros elementos, como inovação, oportunidade, risco, incerteza e ação (LEYDEN; LINK, 2015).

Na atualidade, a agricultura familiar tem estabelecido laços mais sólidos, caracterizados pelo chamado empreendedorismo rural, abrindo novos caminhos e oportunidades para a expansão de negócios nas comunidades tradicionais (LIMA; PARTELI; LOOSE, 2015). O Empreendedorismo Rural, nesse contexto, concentra-se em desenvolver atividades que proporcionam mercados fora do contexto urbano, ao mesmo tempo em que fortalece a conexão entre o meio urbano e rural. O agronegócio abrange toda a rede que envolve os diversos segmentos da cadeia produtiva relacionada à agropecuária, desde fornecedores de insumos e sementes até serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária (SEBRAE, 2019).

Diante disso, o Empreendedorismo destaca-se como um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade na sociedade, constituindo uma ferramenta de desenvolvimento social e econômico capaz de compreender a realidade dos pequenos produtores ou agricultores familiares, como é o caso das comunidades tradicionais, como os povos Quilombolas (DEODATO; SOUZA; SILVA, 2023).

Considerando a atual lógica competitiva presente no mercado, observamos que os aspectos ligados ao desenvolvimento financeiro de novos negócios e empreendimentos no

século XXI transcenderam questões exclusivamente econômicas. Agora, há uma visão que incorpora uma perspectiva social, reconhecida como um elemento crucial para o bem-estar de determinadas comunidades e dos ambientes em que estão inseridas (GENÚ; GÓMEZ; MUZZIO, 2018).

Nesse contexto, surge o empreendedorismo social, um subcampo do empreendedorismo com um conceito abrangente, fundamentado na inovação e valor social. Pode ser descrito como uma atividade inovadora que busca criar valor para a sociedade, podendo ser aplicado em diversos setores, incluindo organizações sem fins lucrativos, setores empresariais e governamentais (BEZERRA-DE-SOUSA; TEIXEIRA, 2019).

Nesse cenário, este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as oportunidades enfrentados pelas comunidades quilombolas, por meio de uma revisão de literatura. A questão norteadora desta pesquisa é: Quais desafios e oportunidades que as comunidades quilombolas enfrentam na contemporaneidade?

A justificativa para este estudo reside na importância das atividades desempenhadas, como o artesanato, a produção cultural, o turismo social e a venda de produtos realizados pelas comunidades. Essas práticas representam formas alternativas de complementar a renda, mesmo diante da predominância de atividades como a agricultura familiar, desempenhando um papel significativo na composição da receita das comunidades quilombolas. A transformação dos territórios está relacionada às dinâmicas de relações sociais tanto externas quanto internas à comunidade.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos empregados nesta revisão sistemática da literatura seguem as orientações específicas destinadas a esse tipo de investigação. As revisões sistemáticas são classificadas como estudos secundários, utilizando os estudos primários como sua principal fonte de dados. Artigos científicos que reportam diretamente os resultados de pesquisas são categorizados como estudos primários, desempenhando um papel crucial como ponto de partida para a concepção e implementação de ações fundamentadas em evidências (MOHER *et al.*, 2009).

Os passos envolvidos na condução de revisões sistemáticas abrangem diversas etapas, tais como a formulação da pergunta de pesquisa, a busca na literatura, a seleção dos

artigos, a extração dos dados, a avaliação da qualidade metodológica, a síntese dos dados, a avaliação da qualidade das evidências, e a redação e publicação dos resultados (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

O presente estudo teve início mediante a identificação da necessidade de revisão e contextualização do tema proposto, com o objetivo de responder à seguinte indagação: Quais desafios e oportunidades as comunidades quilombolas enfrentam na contemporaneidade? Subsequentemente, foram delineadas a estratégia de busca, a seleção de fontes de informação (bases de dados), o período e idioma, os termos a serem investigados, as ferramentas para coleta e organização das informações, bem como os critérios de inclusão e exclusão.

A seleção dos artigos foi realizada em 21/12/2023, na plataforma da *Web of Science*, empregando o termo de pesquisa "*quilombola community*". Apenas este termo foi considerado por ser suficiente para abranger os artigos que versam sobre o objeto de estudo. Foram considerados os artigos publicados nos anos de 2021, 2022 e 2023, com ênfase em trabalhos avaliados por pares e de acesso livre, sem restrições de idiomas. Um total de 86 artigos foi obtido, dos quais, após a análise dos resumos e a exclusão de artigos não relacionados ao tema e de duplicatas, resultou na pré-seleção de 26 artigos.

Na fase subsequente, procedeu-se à leitura completa dos 26 artigos escolhidos, visando a estruturação dos estudos pertinentes ao propósito desta pesquisa. Seguindo os critérios delineados para o estudo, 14 artigos foram escolhidos para serem objeto de análise, discussão e síntese, como será abordado nas seções seguintes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 14 artigos escolhidos, realizou-se uma classificação dividindo-os em quatro categorias distintas. Isso compreende dois artigos que abordam as características sociodemográficas no Brasil e no Nordeste brasileiro, três artigos relacionados à luta e preservação dos territórios, quatro artigos que abordam questões de gênero, e cinco artigos que exemplificam as oportunidades de renda nas comunidades quilombolas. O Quadro 1 apresenta esses artigos de forma organizada, listando-os em ordem crescente de publicação e fornecendo informações como autoria, título, objetivo, metodologia e a localidade das comunidades quilombolas estudadas.

Quadro 1 - Comunidades Quilombolas pesquisadas

#	Autoria (ano)	Título	Objetivo	Metodologia	Comunidades
1	Dimenstein <i>et al.</i> (2020)	Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural	Discutir a incidência de transtornos mentais comuns a partir da ótica da Determinação Social da Saúde.	Aplicou-se questionário sociodemográfico, o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), e entrevista semiestruturada.	Comunidade Rural em Bom Jesus - RN
2	Ximenes <i>et al.</i> (2020)	Importância do açaí na renda mensal da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará	Avaliar a importância da comercialização do açaí na renda mensal dos moradores da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará.	Foram realizadas 16 entrevistas com os atores envolvidos na cadeia produtiva do açaí na comunidade Murumuru.	Murumuru em Santarém - Pará
3	Leite <i>et al.</i> , (2021)	Participação política de mulheres quilombolas rurais no nordeste brasileiro	Discutir as formas de participação política de mulheres quilombolas rurais, considerando os espaços de inserção, os desafios enfrentados e efeitos produzidos na vida cotidiana.	Realizaram entrevistas com 72 mulheres, maiores de 18 anos em duas comunidades quilombolas rurais no estado do Rio Grande do Norte e do Piauí.	2 comunidades quilombolas Grossos – RN Olho D'Água dos Negros - PI
4	Neves, Ferreira e Welch (2021)	Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro	Avaliar o estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças quilombolas menores de cinco anos residentes em comunidades quilombolas tituladas na Região Nordeste do Brasil.	Utilizaram-se dados secundários provenientes da Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas (2011).	49 comunidades situadas em cinco Unidades (Bahia,; Maranhão; Pernambuco; Piauí; Sergipe
5	Cherol, Ferreira e Salles-Costa (2021)	Desigualdades sociais e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil	Avaliar a relação entre características sociodemográficas e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil	Utilizou os microdados do Censo Quilombola de 2011 e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.	Brasileiras
6	Souza (2021)	As lutas pela terra, trabalho e cultura no Quilombo do Mutuca – Mato Grosso, Brasil	Analisar a luta dessa comunidade pelo território e territorialidades à luz das políticas públicas territoriais implementadas nos últimos 20 anos	Revisão documental e histórica do território e observação participante e entrevistas.	Mutuca - MT
7	Oliveira, Diógenes e Almeida (2021)	Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro	Entender o significado do lazer comunitário, compreender como e em que medida a experiência de turismo poderá impulsionar o protagonismo social.	Pesquisa tipo estudo de caso com realização de levantamentos bibliográfico, documental e entrevista.	Quilombo do Cumbe – Aracati - CE

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades.

ISSN 2594-8806

8	Melo e Barzano (2021)	“Se acabar o rio, a comunidade acaba”: dimensão pedagógica do racismo ambiental	Analisar as práticas educativas que emergem das situações de conflito nas quais valoriza-se a ancestralidade e o direito ao território quilombola.	A partir das narrativas dos moradores da comunidade frente às condições de cerceamento ao seu território tradicional.	Barreiros de Itaguaçu – Itaguaçu-BA
9	Fonseca <i>et al.</i> (2022)	Empreender no Quilombo: Artesanato como Alternativa de Renda de Famílias Quilombolas no Piauí	Discorrer acerca dos benefícios da atividade econômica para a referida comunidade quilombola.	Pesquisa de natureza qualitativa exploratória, com coleta de entrevistas e registros fotográficos.	Comunidade na região do Vale do Canindé - PI
10	Andreato e Mota (2022)	Sistemas agroflorestais como estratégia de ação coletiva em uma comunidade quilombola da Amazônia oriental paraense	Analisar a relação entre ação coletiva e sistemas agroflorestais (SAFs) para a ocupação produtiva da terra.	Realizou entrevistas semiestruturadas e de observações com todos os 15 agricultores que possuem SAFs.	São Manoel no Território quilombola Jambuaçu, Moju, Amazônia paraense.
11	Silva <i>et al.</i> (2022)	A Produção da Identidade Política de Mulheres em uma Comunidade Quilombola do Sertão Alagoano	Analisar a formação da identidade política ao longo de três gerações de mulheres da comunidade quilombola Cajá dos Negros, situada na zona rural da cidade de Batalha - AL, Alagoas.	Utilizou-se a observação participante, os diários de campo e as entrevistas semiestruturadas.	Comunidade Cajá dos Negros – Batalha - AL
12	Miranda <i>et al.</i> (2022)	Os homens quilombolas e seu trabalho: uma cartografia da saúde desses trabalhadores	Cartografar os processos de trabalho de homens quilombolas em três territórios da região Norte de Minas, no Estado de Minas Gerais, Brasil.	Utilizou-se o referencial metodológico da Cartografia de Gilles Deleuze & Félix Guattari. Os dados foram produzidos por meio da observação dos processos de trabalho, entrevistas individuais e registros.	23 comunidades na região Norte de Minas Gerais
13	Deodato, Souza e Silva (2023)	Empreendedorismo rural na produção em roças de toco: estudo junto a pequenos produtores produtores quilombolas de Monte Alegre-GO	Analisar de que forma o Empreendedorismo Rural tem feito parte da dinâmica dos pequenos produtores/agricultores quilombolas de Monte Alegre-GO nas produções em roças de toco.	Realizou-se uma pesquisa de campo junto a três agricultores quilombolas kalungas com a técnica da entrevista semiestruturada	Monte Alegre-GO
14	Xavier <i>et al.</i> (2023)	O associativismo em territórios quilombolas: um estudo na comunidade quilombola Chácara do Buriti em Campo Grande/MS	Compreender o papel do associativismo e seus benefícios no desenvolvimento do próprio território e da agricultura familiar quilombola.	Realizaram estudo de caso e para coletar os dados realizou-se entrevista junto à associação.	Chácara do Buriti - Campo Grande-MS

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

3.1 Categoria 1: Características sociodemográficas no Brasil e no Nordeste brasileiro

A seguir, são destacados dois estudos que empregaram os dados do Censo Quilombola em suas investigações, abrangendo tanto o contexto nacional (CHEROL, FERREIRA E SALLES-COSTA, 2021) quanto a região Nordeste (NEVES, FERREIRA E WELCH, 2021).

A desigualdade social e a pobreza são fatores determinantes na insegurança alimentar, impactando significativamente grupos vulneráveis, como os quilombolas (SPERANDIO; PRIORE, 2015). O Censo Quilombola, um levantamento abrangente dessa população em termos geográficos e temáticos, fornece dados cruciais para investigações e comparações em nível nacional, permitindo avaliações da insegurança alimentar dessas comunidades com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e sua interação com indicadores sociodemográficos (BRASIL, 2013). Estudos subsequentes apresentam resultados desse censo em escala nacional e na região Nordeste do Brasil.

Cherol, Ferreira e Salles-Costa (2021) investigaram a relação entre características sociodemográficas e insegurança alimentar em comunidades quilombolas brasileiras, usando dados do Censo Quilombola 2011 e a escala brasileira de insegurança alimentar. Os resultados revelaram uma alta prevalência de insegurança alimentar (86,1%), sendo 30,2% leve e 55,9% moderada/grave. No modelo final, identificaram fatores associados à insegurança alimentar moderada/grave, incluindo chefes de família solteiros ou divorciados, baixa escolaridade, domicílios com crianças menores de 5 anos, condições precárias de saneamento, renda familiar abaixo de um salário mínimo e origem em comunidades quilombolas do Norte do país. Concluíram que políticas públicas são necessárias para promover segurança alimentar e mitigar as históricas injustiças sociais enfrentadas por essas comunidades.

Neves, Ferreira e Welch (2021) examinaram o estado nutricional e os fatores ligados à baixa estatura em crianças quilombolas com menos de cinco anos no Nordeste do Brasil. Utilizando dados secundários da Pesquisa de Segurança Alimentar e Nutricional em Terras das Comunidades Quilombolas de 2011, o estudo identificou atraso no crescimento, excesso de peso (2,8%) e baixo peso (6,1%). A baixa estatura afetou 14,1% da amostra, sendo mais comum em crianças sem acesso à atenção primária à saúde, água potável e com

histórico de baixo peso ao nascer. Esses resultados apontam para condições de saúde desfavoráveis na comunidade quilombola nordestina, relacionadas à falta de acesso à saúde e saneamento precário.

No cenário brasileiro, conforme apontado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2020) em seu IV Relatório, o Nordeste do Brasil tem registrado historicamente índices mais elevados de agravos nutricionais na infância, destacando-se especialmente a baixa estatura-para-idade. Essa situação evidencia o efeito cumulativo de condições nutricionais e de saúde precárias ao longo do tempo.

3.2 Categoria 2: Luta e preservação dos territórios

Além dos desafios nutricionais, as comunidades quilombolas se destacam por características distintivas, como o associativismo (XAVIER *et al.*, 2023), a resistência ao racismo ambiental (MELO; BARZANO, 2021) e a defesa do território (SOUZA, 2021). O conceito de território abrange três dimensões principais: a política ou jurídico-política, referindo-se a um espaço controlado por forças, principalmente estatais; a econômica ou economicista, que destaca as relações econômicas e a dinâmica entre as classes sociais; e a cultural, culturalista ou simbólico-cultural, enfocando a dimensão simbólica e subjetiva na apropriação de um espaço específico (HAESBAERT, 2004).

Xavier *et al.* (2023) investigaram o impacto do associativismo no desenvolvimento do território e na agricultura familiar quilombola na Chácara do Buriti, localizada na zona rural de Campo Grande-MS. Por meio de um estudo de caso e entrevistas com membros da associação local, os resultados revelaram uma presença significativa da atividade agrícola na comunidade, intensificada após a formação da associação e o reconhecimento como território quilombola. A abordagem de ação coletiva, fundamentada na ideia de que grupos agem em prol de interesses comuns, destaca que a atuação coletiva beneficia os interesses individuais (OLSON, 1999). No contexto dos territórios quilombolas, as associações desempenham um papel crucial ao permitir que as comunidades se organizem para a comercialização de produtos, regularizem contratos e parcerias, e implementem políticas públicas.

O racismo ambiental, conforme definido por Herculano (2008), compreende um conjunto de ideias e práticas que aceitam a degradação ambiental e humana, justificada em

nome do desenvolvimento, naturalizando implicitamente a inferioridade de determinados grupos afetados. Melo e Barzano (2021) examinaram práticas educativas emergentes de conflitos relacionados à ancestralidade e ao direito territorial quilombola na comunidade Barreiros de Itaguaçu. As narrativas revelaram estratégias de resistência dos moradores contra a ocupação de seu território, envolvendo a defesa não apenas da terra, mas também dos modos de sobrevivência e do modo de vida quilombola, evidenciando a identidade da comunidade. O racismo, na perspectiva da modernidade, colonialidade e capitalismo, está entrelaçado com a degradação ambiental e as desigualdades sociais enfrentadas por populações indígenas, camponesas e afrodescendentes no Brasil (BARROZO; SANCHEZ, 2015).

O território do Quilombo do Mutuca representa a memória histórica, as lutas atuais e as perspectivas futuras por meio de práticas territoriais e modos de vida distintos. Uma característica singular é a relação especial com a terra, entendida como local para moradia, cultivo e colheita, destinada também ao usufruto das gerações futuras.

Souza (2021) examinou a batalha da Comunidade Rural do Quilombo Mutuca, situada no sul de Mato Grosso, pelo território e suas territorialidades à luz das políticas públicas territoriais recentes. A pesquisa envolveu revisão documental e histórica, bem como incursões de campo com observação participante, escuta de narrativas pessoais e entrevistas semiestruturadas com os moradores. Os resultados indicaram que políticas e programas específicos para comunidades quilombolas reconheceram seus direitos à posse da terra, modos de vida e cultura. No entanto, apesar desses avanços, a comunidade continua a lutar pela terra e pelo direito de permanecer, preservando seus modos de vida há mais de 130 anos, enfrentando a intensa pressão do agronegócio mato-grossense.

Os territórios quilombolas, marcados por uma história de luta, resistência e organização interna, buscam preservar seus modos de vida e terras. As associações, representativas desses territórios, desempenham um papel crucial ao conectar-se com instituições públicas e privadas para defender interesses coletivos e buscar objetivos compartilhados. A formação de associações permite o acesso a projetos, leis e programas institucionais que promovem o desenvolvimento do território. Além disso, as associações coordenam atividades de compra e venda de produtos, adquirindo insumos coletivos e gerenciando materiais e equipamentos (Xavier *et al.*, 2023).

3.3 Categoria 3: Questões de gênero

Quatro estudos abordam a questão de gênero, sendo dois focados no feminino (LEITE *et al.*, 2021; SILVA *et al.*, 2022), um no masculino (MIRANDA *et al.*, 2022) e outro destacando as desigualdades entre os gêneros (Dimenstein *et al.*, 2020). A importância do Movimento Negro é evidente na promoção de discussões e lutas pela valorização da ancestralidade africana, destacando a participação política das mulheres e dos homens negros na busca pela dignidade e contra injustiças sociais (SANTOS, 2019). Como resposta, comunidades quilombolas em todo o país, organizadas em associações, começaram a reivindicar políticas a partir do reconhecimento étnico-racial. Paralelamente, é notável a luta das mulheres por igualdade de gênero dentro de suas próprias comunidades.

Leite *et al.* (2021) abordaram as formas de participação política das mulheres rurais quilombolas, examinando seus espaços de inserção, desafios enfrentados e os efeitos em suas vidas diárias. Entrevistas revelaram que os principais locais de participação feminina incluem movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores locais e grupos religiosos, onde contribuem como ouvintes e oferecem ajuda financeira mensal a sindicatos e associações. As mulheres destacaram dificuldades relacionadas aos papéis de gênero tradicionais, bem como questões práticas, como falta de transporte e limitações para participar de eventos. As repercussões da participação política incluíram melhorias nas condições de vida, aquisição de novos conhecimentos e mudanças nas relações familiares e comunitárias. Notavelmente, questões de identidade étnico-racial e racismo foram pouco abordadas nos espaços de participação política.

Silva *et al.* (2022) examinaram a formação da identidade política ao longo de três gerações de mulheres na comunidade quilombola Cajá dos Negros, em Batalha, Alagoas. Três moradoras da comunidade (jovem de 18 anos, adulta de 26 anos e idosa de 60 anos) compartilharam experiências de lutas contra o sistema de dominação e pela quebra de estruturas sociais racistas e sexistas. Utilizando observação participante, diários de campo e entrevistas semiestruturadas, o estudo identificou duas categorias temáticas: a identidade política quilombola na formação subjetiva de mulheres negras e a expressão da identidade política em diferentes gerações. O fortalecimento da identidade coletiva, negra e ancestral, ocorreu nas relações entre as mulheres, vizinhas e companheiras de luta. As análises destacam as nuances das produções identitárias, renovadas a cada geração, mantendo

elementos de pertencimento, luta e transformação na vida individual e comunitária. Apesar do papel crucial das mulheres na construção democrática e na luta contra iniquidades sociais, elas enfrentaram retaliações baseadas em normas tradicionais de gênero, inclusive de outras mulheres, e desafios relacionados às desigualdades de gênero nos espaços de poder e decisão (MORAES, 2017; RAMOS, 2015).

Já em relação ao estudo de gênero masculino, Miranda *et al.* (2022) mapearam os processos de trabalho de homens quilombolas em três localidades na região Norte de Minas Gerais. A coleta de dados envolveu observação do trabalho, entrevistas individuais e registros em diário cartográfico. Nas áreas mapeadas, a interseção de gênero, etnia e classe é crucial para as atividades em ambientes desafiadores, como carvoarias, pedreiras e plantações de banana. Esses locais apresentam condições insalubres, com calor, fumaça, esforço físico intenso, exposição a sílica, luz solar excessiva e uso de agrotóxicos. A integração entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e o Ministério Público do Trabalho permite uma rede intersetorial de educação popular, assistência técnica e formação profissional. Essas medidas impactam diretamente na saúde dos trabalhadores, qualidade de vida e preservação ambiental das áreas mapeadas.

Dimenstein *et al.* (2020) destacam as desigualdades sociais enfrentadas historicamente pelas populações quilombolas, especialmente no contexto da saúde mental. O estudo examina a incidência de transtornos mentais comuns em uma comunidade quilombola rural próxima a Bom Jesus - RN. Os resultados apontam que o sofrimento psíquico está relacionado a desigualdades sociais, falta de apoio comunitário e cuidado culturalmente sensível na rede de atenção psicossocial. O racismo institucional é evidenciado em práticas de saúde que perpetuam desigualdades, impactando de maneira desigual homens e mulheres e revelando a intrínseca articulação entre gênero, raça, classe e saúde mental.

Os quilombos, historicamente fundamentais como locais de resistência para populações negras no Brasil, são definidos por sua ancestralidade, ligação com a terra e preservação de tradições culturais. A dinâmica dessas comunidades envolve uma divisão sexual do trabalho, com homens atuando em atividades agrícolas e físicas, enquanto as mulheres se dedicam a responsabilidades domésticas, produção nos quintais e artesanato. Essa divisão delinea e reforça papéis específicos para cada membro na produção de bens essenciais para o sustento familiar (ARRUTI, 2006).

3.4 Categoria 4: Oportunidades de renda nas comunidades quilombolas

Nesta categoria, serão exploradas as oportunidades de geração de renda para os residentes em comunidades quilombolas. Três estudos abordam o empreendedorismo rural, focando na agricultura de toco (DEODATO; SOUZA; SILVA, 2023), na produção de açaí (XIMENES *et al.*, 2020) e nos Sistemas Agroflorestais (ANDREATA; MOTA, 2022). Uma pesquisa destaca as possibilidades no setor de turismo e lazer comunitário (OLIVEIRA; DIÓGENES; ALMEIDA, 2021), enquanto outra enfoca o artesanato, abordando o empreendedorismo social (FONSECA *et al.*, 2022).

O Empreendedorismo Rural, também conhecido como agronegócio, é a habilidade de identificar desafios e oportunidades no setor rural, transformando-os em soluções benéficas para a sociedade. Isso envolve oferecer serviços, vender produtos, prestar consultoria, desenvolver aplicativos ou software para auxiliar na agricultura, entre outras atividades (LIMA; PARTELI; LOOSE, 2015). As comunidades quilombolas têm uma forte ligação histórica com o cultivo do solo, especialmente por meio das lavouras de toco, conhecidas como pousio, coivara ou roças de toco (FERNANDES, 2019).

Deodato, Souza e Silva (2023) conduziram um estudo sobre como o Empreendedorismo Rural está integrado à dinâmica dos pequenos produtores/agricultores quilombolas em Monte Alegre-GO, que se dedicam às produções em roças de toco. A pesquisa, realizada com três agricultores quilombolas kalungas, utilizando entrevistas semiestruturadas, revelou a necessidade de fortalecer o empreendedorismo na realidade do quilombo, com investimentos mais expressivos em políticas públicas de estímulo às atividades empreendedoras na comunidade estudada. Além disso, destaca a importância de medidas adicionais para favorecer as atividades rotineiras dos produtores/agricultores familiares, visando potencializar a sustentabilidade e o desenvolvimento social, agroecológico e econômico nesse contexto tradicional.

O uso do açaí na Amazônia evoluiu de uma prática alimentar cotidiana em famílias rurais para um hábito alimentar urbano, com expansão nacional e internacional, notadamente nos Estados Unidos e Austrália (BRONDÍZIO, 2005). Ximenes *et al.* (2020) analisaram a relevância da comercialização do açaí na renda mensal dos residentes da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará. O açaí destaca-se como um dos

Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) mais significativos na região amazônica devido ao seu potencial agrônomo, tecnológico, nutricional e econômico. O estudo, que incluiu 16 entrevistas com participantes da cadeia produtiva do açaí em Murumuru, comparou a atividade com outras fontes de renda na comunidade, como salários, pesca, bolsas do governo e diversas ocupações do grupo 'outros', que abrange desde artesanato até serviços de diarista, taberna, pensão e pecuária. Os resultados revelaram que a comercialização de açaí *in natura* gera uma renda familiar mensal mais elevada em comparação com outras atividades remuneradas na comunidade. Além disso, os quilombolas que vendem os frutos de açaí *in natura* têm uma renda maior do que aqueles que comercializam a polpa do fruto.

Como definem Dubois, Viana e Anderson, SAFs são formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores e arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal. Andreatta e Mota (2022) analisaram a relação entre a ação coletiva e os sistemas agroflorestais (SAFs) para a ocupação produtiva da terra, na comunidade Quilombola de Jambuaçu no município de São Manoel, Moju, região Amazônica do Pará. Realizaram entrevistas semiestruturadas e observações com todos os 15 agricultores que possuem SAF. Os principais resultados mostram que os SAF foram implementados com ação coletiva em mutirão na floresta secundária. Um diferencial importante foi a escolha de árvores de interesse que permanecerão na área para sombreamento de mudas de frutíferas perenes (cacaueiro e cupuaçu). O experimento começou com apenas 04 agricultores em 2015 e já contava com 15 em 2019. As explicações para implantação do SAF são: melhoria econômica por meio da diversificação de produtos fora do período de colheita do açaí nativo, principal fonte de renda da comunidade; a consolidação de plantações para herança dos descendentes; e o desejo de mudar a estratégia tradicional de produção agrícola através da conservação produtiva. A conclusão geral é que a ação coletiva para suprir o volume de trabalho e o clima permanente de incentivos foram fundamentais para a existência dos SAFs individuais.

Conforme definido por Dubois, Viana e Anderson, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) representam formas de uso e manejo da terra, onde árvores e arbustos são integrados a cultivos agrícolas e, ou, animais, simultaneamente ou em sequência temporal. Andreatta e Mota (2022) examinaram a relação entre a ação coletiva e os SAFs para a

ocupação produtiva da terra na comunidade quilombola de Jambuaçu, em São Manoel, Moju, na região amazônica do Pará. Entrevistas semiestruturadas e observações foram conduzidas com os 15 agricultores que adotaram os SAFs. Os resultados indicam que os SAFs foram estabelecidos por meio de ação coletiva em mutirão na floresta secundária. Destaca-se a escolha estratégica de árvores para sombrear mudas de frutíferas perenes, como cacaueiro e cupuaçu. Inicialmente iniciado com quatro agricultores em 2015, o experimento expandiu para 15 em 2019. A implementação dos SAFs foi motivada por melhorias econômicas, diversificação de produtos além do período de colheita do açaí (principal fonte de renda da comunidade), consolidação de plantações para herança e a busca por uma abordagem mais sustentável na produção agrícola. A conclusão ressalta a importância da ação coletiva, que supriu a demanda de trabalho, e do incentivo constante para a viabilidade dos SAFs individuais.

O turismo de base comunitária (TBC) vem se desenvolvendo no Brasil, ainda que com dificuldades, e atrai visitantes do país e do exterior, interessados em conhecer a vida e a cultura em comunidades tradicionais. A favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, por exemplo, mantém há anos visitas guiadas que fazem grande sucesso e geram trabalho e renda para a comunidade. Agora, a nova fronteira do turismo de base comunitária no Brasil são os quilombos (SEBRAE, 2023).

O turismo de base comunitária (TBC) tem crescido no Brasil, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros interessados na vida e cultura de comunidades tradicionais, como exemplificado pelas bem-sucedidas visitas guiadas na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. A nova fronteira desse tipo de turismo no país são os quilombos (SEBRAE, 2023).

Oliveira, Diógenes e Almeida (2021) exploraram o significado do lazer comunitário no Quilombo do Cumbe, em Aracati, Ceará, ressaltando a experiência turística baseada na identidade pesqueira-quilombola e no pertencimento ao território tradicional. O turismo nesse contexto destaca práticas de lazer comunitário no ecossistema manguezal. A pesquisa, com abordagem qualitativa e estudo de caso, envolveu levantamentos bibliográficos, documentais e entrevistas com quatro atores sociais locais. A análise revela que o lazer se tornou um fenômeno social relevante no Quilombo do Cumbe, moldando o turismo comunitário a partir da ressignificação de práticas tradicionais como alicerces da resistência cultural. Os visitantes sentem-se conectados aos espaços comunitários, como o mangue, que desempenha um papel crucial na construção da identidade do grupo social.

O turismo comunitário pode impulsionar o protagonismo social, contribuindo para a preservação dos modos de vida tradicionais e a sustentabilidade da comunidade. Isso ocorre quando a produção de serviços turísticos é compartilhada, alinhada com a realidade local e ambiental, e reflete o cuidado com o patrimônio material e imaterial, assegurando a preservação da identidade pesqueira-quilombola (OLIVEIRA; DIÓGENES; ALMEIDA, 2021).

Bezerra-de-Sousa e Teixeira (2019) ressaltam que o empreendedorismo social visa combinar valor social e econômico, potencializando a criação de novos modelos inovadores para solucionar problemas sociais. Esta abordagem encara os desafios sociais como oportunidades, buscando soluções impactantes e benéficas para a sociedade (MACHADO *et al.*, 2019). Um exemplo desse conceito é o estudo de Fonseca *et al.* (2022), que examinou o empreendedorismo social na produção artesanal em uma comunidade quilombola no interior do Piauí. O estudo qualitativo exploratório, através de entrevistas e registros fotográficos, analisou como a produção e comercialização de peças artesanais de barro beneficiam economicamente as famílias quilombolas. Os resultados destacam o empreendedorismo social como um motor de desenvolvimento e mudança na realidade social da comunidade.

A luta quilombola permanece relevante e enfrenta diversas oportunidades. Na esfera política, sua eficácia dependerá da organização e ação política das comunidades. No contexto jurídico, será influenciada pelos conceitos utilizados para fundamentar os direitos constitucionais. Na esfera social, será determinada pelo combate ao racismo, uma questão cruel e, ao mesmo tempo, muitas vezes invisível para alguns. Independentemente do ideal perseguido, é crucial que o trabalho tradicional quilombola ocupe sempre um lugar de destaque, pois é por meio dele que se preserva o quilombo, a cultura e a identidade quilombola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos territoriais das comunidades quilombolas estão legalmente reconhecidos no ordenamento jurídico brasileiro, especificamente pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Esses direitos são apresentados como uma salvaguarda e defesa da diversidade cultural brasileira,

representando uma resposta oficial às longas batalhas da sociedade civil organizada pela posse da terra. Em essência, buscam reescrever a narrativa social do Brasil, oferecendo, em teoria, reparação à exclusão social dos trabalhadores negros, seja durante a era escravista ou na sociedade do trabalho livre.

Ao explorar os desafios e oportunidades enfrentados pelas comunidades quilombolas por meio de uma revisão de literatura, foram selecionados 14 artigos que se enquadram em quatro categorias distintas: características sociodemográficas no Brasil e Nordeste brasileiro; luta e preservação dos territórios; questões de gênero; e oportunidades de renda nas comunidades quilombolas.

Na primeira categoria, o Censo Quilombola evidenciou a desigualdade social e a pobreza nessas comunidades, destacando índices preocupantes de agravos nutricionais, especialmente na baixa estatura-para-idade, especialmente no Nordeste brasileiro.

A segunda categoria destaca a vivência nos territórios quilombolas, marcados por uma história de luta, resistência e organização interna, visando preservar modos de vida e terras, além da resistência ao racismo ambiental. As associações desempenham papel crucial ao conectar-se com instituições públicas e privadas para defender interesses coletivos e buscar objetivos compartilhados, promovendo o desenvolvimento do território.

A terceira categoria aborda a questão de gênero nas comunidades quilombolas, delineando uma divisão sexual do trabalho, enquanto destaca a luta das mulheres por igualdade de gênero dentro de suas próprias comunidades.

Na última categoria, são exploradas oportunidades de geração de renda por meio do empreendedorismo rural e social em projetos como agricultura de tóco, produção de açaí, Sistemas Agroflorestais, turismo comunitário, lazer e artesanato, visando melhorar as condições de vida e superar vulnerabilidades sociais.

Assim, nota-se que o objetivo geral desta revisão de literatura, que foi analisar os desafios e as oportunidades enfrentados pelas comunidades quilombolas, por meio de uma revisão de literatura, foi atingido.

Em suma, a luta quilombola permanece atual, enfrentando desafios políticos, jurídicos e sociais. A preservação do trabalho tradicional quilombola é essencial para manter a identidade e a cultura quilombola.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. M. C.; BERNARTT, M. L. Trabalho tradicional em comunidade quilombola: direito à terra, cultura e identidade. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 38 Dez., p. 282–312, 2021. DOI: 10.14393/RCT153811. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/54888>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ANDREATA, H. K.; MOTA, D. M. Sistemas agroflorestais como estratégia de ação coletiva em uma comunidade quilombola da Amazônia oriental paraense. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 60, p.393-412, jul./dez. 2022. DOI: 10.5380/dma.v60i0.78419. Disponível em: <https://www-webofscience.ez35.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000874816400002>. Acesso em: 21 dez. 2023.

ARRUTI J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc; 2006.

BARROZO, L.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental crítica, interculturalidade e justiça ambiental: Entrelaçando possibilidades. **Anais...** VIII EPEA — Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Rio de Janeiro, Brasil. 2015. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/139.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

BEZERRA-DE-SOUSA, I. G.; TEIXEIRA, R. M. Relações Conceituais entre Empreendedorismo Social e Inovação Social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 4, p. 81-99, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4417/441762122007/html/>. Acesso em 29 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas**. Brasília: Ministério; 2013. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/lista-s.php?tp=pesquisa&stk=ano&id=135>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRONDÍZIO, E. S.. De alimentação básica para alimentação de moda: ciclos e oportunidades de mudanças no desenvolvimento da economia do açaí no estuário Amazônico. In: ZARIN, D. J.. **As florestas produtivas nos neotrópicos**. Conservação por meio do manejo sustentável? São Paulo: Peirópolis; Brasília: IEB, p.427-57, 2005.

CHEROL, C. C. DE S.; FERREIRA, A. A.; SALLES-COSTA, R.. Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 34, p. e200173, 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200173>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/rGC7btFzx6kS9JZmCqBMYrQ/?lang=en#>. Acesso em: 21 dez. 2023.

DEODATO, A. C. R.; SOUZA, J. B. D.; SILVA, E. A. Empreendedorismo rural na produção em roças de toco: estudo junto a pequenos produtores quilombolas de Monte Alegre-GO. **GETEC**, v.13, p.57-79, 2023. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3009>. Acesso em 21 dez. 2023.

DIMENSTEIN, M.; BELARMINO, V. H.; MARTINS, M. E.; DANTAS, C.; MACEDO, J. P. S.; LEITE, J. F.; ALVES FILHO, A. Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v.12, n. 1, p. 205-229, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8303>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. **Manual agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: FEBRAF, v. 1, 1996.

FERNANDES, C. R. **Sobre Ter E Não Faltar: Segurança Alimentar E Territorialidade Kalunga No Cerrado**. 303 p. 2019. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. 2019.

FREITAS, D. A.; CABALLERO, A. D.; MARQUES, A. S.; HERNÁNDEZ, C. I. V.; ANTUNES, S. L. O. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura.

Revista CEFAC, v. 13, n. 5, p. 937-43, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/fYdFrbrz5YHsqgyqTxj9QhR/?lang=pt#>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FONSECA, A. G. S.; SILVA, A. M.; MACHADO, A. L. G.; ANJO, J. E. S. Empreender no Quilombo: Artesanato como Alternativa de Renda de Famílias Quilombolas no Piauí. **Revista FSA**, v. 19, n. 12, p. 190-206, 2022. Disponível em:

<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2630>. Acesso em: 21 dez. 2023.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014 .

Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:31 JAN. 2024.

GENÚ, J. M.; GÓMEZ, C. R. P.; MUZZIO, H. A Criatividade no Empreendedorismo Social: Motivação, Experiência e Habilidade, Juntas para o Bem Comum. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 83-106, 2018. Disponível em: Disponível

em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/26012>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **IV Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. 2020.Disponível

em https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf. Acesso 29 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022, Quilombolas: Primeiros Resultados do Universo**. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

HAESBAERT, R. Des-caminho e perspectiva do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental, **Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v.3, n.1, 2008.

Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M.; BELARMINO, V. H.; MACEDO, J. P.; DANTAS, C.; CARVALHO, A. V.; FILHO, A. A. Participação política de mulheres quilombolas rurais no nordeste brasileiro. **Athenea Digital**, v. 21, n. 2, e2810, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2810>. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2021v21n2/athdig_a2021v21n2p2810.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

LEYDEN, D. P.; LINK, A. N. **Public sector entrepreneurship: U. S. technology and innovation policy**. New York: Oxford University Press, 2015.

LIMA, C. C.; PARTELI, L. F.; LOOSE, C. E. O Empreendedorismo Rural e a agroindústria familiar na gestão da atividade agropecuária em Rondônia. **RAC - Revista de Administração e Contabilidade** – CNECEDigraf, Ano 14, n. 27, p.97-134, jan/jun.2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229768197.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MARQUES, C. E.; GOMES, L.. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 137–153, fev. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/cBqCgMHm8vw4nKcxbQLx7SR/#>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MACHADO, R. E.; RAFAEL, D. H.; CABRAL, S. M.; FIGUEIRÓ, P. S. O Empreendedorismo Social como Oportunidade de Inclusão Social: O Caso de uma Cooperativa de Reciclagem. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/13761>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MELO, A.; BARZANO, M. A. Se acabar o rio, a comunidade acaba: dimensão pedagógica do racismo ambiental. **Praxis & Saber**, v.12, n.28, e11075, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11075>.

https://revistas.uptc.edu.co/index.php/praxis_saber/article/view/11075/10046. Acesso em: 21 dez. 2023.

MIRANDA, S. V. C.; OLIVEIRA, P. S. D.; JESUS, D. B.; SAMPAIO, C. A.; RODRIGUES NETO, J. F. Os homens quilombolas e seu trabalho: uma cartografia da saúde desses trabalhadores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 12, p. e00082521, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT082521>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/hHrD4FRhn7Fnc83KxKXbPyG/?lang=pt#>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **Annals of internal medicine**, v. 151, n. 4, p. 264- 269, 2009. DOI: <https://doi.org/10.7326/0003-4819-151-4-200908180-00135>. Disponível em: <https://www.acpjournals.org/doi/10.7326/0003-4819-151-4-200908180-00135>. Acesso em: 31 JAN. 2024.

MORAES, L. Eu escuto o lado bom! Um estudo sobre mulheres rurais do sertão pernambucano que enfrentam julgamentos e ampliam desejos a partir da participação política. **Amazonica - Revista de Antropologia**, v. 8, n. 2, p 264-282, 2017. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v8i2.5039>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5039>. Acesso em: 24 jan. 2024.

NEVES, F. DE J.; FERREIRA, A. A.; WELCH, J. R.. Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, p. e00060220, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00060220>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rcZWYDCTHmTKV8XzHNJsNFz/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2024.

OLIVEIRA, A. A.; DIÓGENES, C. M.; ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, FLUC, n. 43 p. 67-80, 2021. DOI: https://doi.org/10.14195/0871-1623_43_5. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/8587>. Acesso em: 21 dez. 2023.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

RAMOS, D. P. A família e a maternidade como referências para pensar a política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p. 87-120, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151605>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/pgMJPWZ3CNcNKhDjwKGJjQf/?lang=pt>. Acesso em 24. jan. 2024.

SANTOS, E. Ser negro na América Latina: sobre identidades plurais e dinâmicas dos afrodescendentes. **Revista Fórum Identidades**, v. 0, n. 1, p. 45-59, 2019. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/11581/8792>. Acesso em 24 jan. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Mas afinal, o que é empreendedorismo.** 2019. Disponível em: <https://blog.sebraesc.com.br/o-que-e-empreendedorismo/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Quilombos se transformam em destinos turísticos.** 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/quilombos-se-transformam-em-destinos-turisticos,4f0796ebc9496810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Silva, L. S. P.; Silva, G. B.; Fernandes, S. L.; Galindo, D. C. G.; Cazeiro, F.A Produção da Identidade Política de Mulheres em uma Comunidade Quilombola do Sertão Alagoano. **Psicologia: Ciência E Profissão**, v. 42, p. e240443, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003e240443>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sWs4Mr48d8WyKfHz6CCKnrj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalence of household food insecurity and associated factors among Bolsa Familia Program families with preschool children in Viçosa, Minas Gerais State, Brazil. **Epidemiol Serv Saúde**, v. 24, n. 4, p. 739-748, 2015. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000400016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/q5nm5zJZkwPNtYZgRxTT8XS/?lang=en&format=pdf>. Acesso em 23 jan.2024.

SOUZA, E. O.; ZUQUIM, M. L. As lutas pela terra, trabalho e cultura no Quilombo do Mutuca – Mato Grosso, Brasil. **Ciudades**, [S. l.], n. 24, p. 167–189, 2021. DOI: 10.24197/ciudades.24.2021.167-189. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/4679>. Acesso em: 22 jan. 2024.

XAVIER, L. F.; CASTRILLON JUNIOR, D. A. de C.; MARIANI, M. A. P.; SANTOS, J. F. da S.; DE ARAÚJO, G. C. O associativismo em territórios quilombolas: um estudo na comunidade quilombola Chácara do Buriti em Campo Grande/MS. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 8, p. 12920–12933, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i8.2584. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2584>. Acesso em: 22 jan. 2024.

XIMENES, L. C.; GAMA, J. R. V.; BEZERRA, T. G.; CRUZ, G. S. Importância do açaí na renda mensal da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 2, p. 36-42, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.002.0004>. Disponível em: [file:///home/usuario/Downloads/ImportnciadoaanarendamensaldacomunidadequilombolaMurumuruemSantarmPar%20\(1\).pdf](file:///home/usuario/Downloads/ImportnciadoaanarendamensaldacomunidadequilombolaMurumuruemSantarmPar%20(1).pdf). Acesso em: 21 dez. 2023.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades.



ISSN 2594-8806